

## **PÓLOS AGROFLORESTAIS: REFORMA OU PALEATIVO AGRÁRIO**

**Harryett Silva de Oliveira – Universidade Federal do Acre – UFAC**  
[harryett@bol.com.br](mailto:harryett@bol.com.br)

**Átila de Araújo Magalhães – Universidade Federal do Acre – UFAC**  
[atilageo@ibest.com.br](mailto:atilageo@ibest.com.br)

**Silvio Simione da Silva – Universidade Federal do Acre – UFAC**  
[ssimione@bol.com.br](mailto:ssimione@bol.com.br)

Para entendermos a realidade dos Pólos Agroflorestais é necessário contextualizar historicamente seu processo de criação.

No Acre, há aproximadamente dez anos, teve-se o início da implantação da política de assentamento que se denominou Pólos Agroflorestais e Hortifrutigranjeiros. Isso se deve ao fato da chegada do Governo da Frente Popular do Acre (PT, PC do B e outros partidos) à Prefeitura Municipal de Rio Branco em 1992 (exercício de 1993 a 1996). Mesmo embora, não houvesse um movimento de luta pela terra, pelos trabalhadores e pelas populações expropriadas, para a periferia das cidades nas últimas décadas, a pressão por habitação em áreas citadinas já era notável. Tal situação provinha da intensificação do êxodo rural que fez, por exemplo, Rio Branco saltar de uma população de 50.000 habitantes da década de 1970, para mais de 200.000 no início da década de 1990. Na verdade, um dos problemas a ser enfrentado na área urbana era o de promover formas de integrações sociais para grupos sociais que aparentava estar cada vez mais submetido num processo de exclusão.

A geração de emprego urbano não acompanhava a demanda gerada pela população expropriada da terra. Isto logicamente é um problema estrutural na dimensão segregadora que o capitalismo promove ao produzir por dinâmicas específicas em espaço que já assentavam outras formas produtivas com fortes raízes pretéritas na produção florestal. Perante esta situação e a disponibilidade para retornar a *terra de trabalho* (MARTINS, 1991) a Prefeitura Municipal de Rio Branco iniciou a execução de um programa de assentamento de famílias da periferia da cidade, em áreas desapropriadas nas proximidades destas ou vias de circulação com fácil trafegabilidade (rodovias federais e estaduais). Assim, até 1996 através da SEMAG (Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento) foram criados três Pólos Agroflorestais no município de Rio Branco: Pólo Geraldo Gurgel de Mesquita, Hélio Pimenta e Benfica; de dois pólos voltados para a produção de hortaliças.

No final da década de 1990 (exercício de 1999-2002), com a chegada desta mesma equipe ao Governo do Estado, esta política, através da Secretaria Executiva de Agricultura e Pecuária, é estendida para todo o Estado do Acre. Então foram criados os Pólos Agroflorestais nos municípios acreanos de: Mâncio Lima; Rodrigues Alves; Cruzeiro do Sul; Tarauacá; Feijó; Sena Madureira; Bujari; Rio Branco; Capixaba; Porto Acre; Xapuri (pólos I e II); Epitaciolândia; e Brasília.

A idéia básica se expressa sob o título de “Pólos Agroflorestais: a nossa proposta de reforma agrária” o Governador explica os objetivos destas ações:

A proposta dos “Pólos Agroflorestais” é a resposta mais eficaz que encontramos para fazer frente a esses problemas, pois, garante o uso social da terra com o assentamento de famílias de ex-seringueiros e agricultores hoje totalmente alijados do setor produtivo do Estado, permite a geração de emprego e renda, contribui de forma decisiva no combate à miséria e a fome via produção de alimentos e, também, dá uma resposta a outro problema crucial, que é a violência urbana. A partir do momento que você faz retornar uma família do meio urbano para o rural, é uma preocupação a menos com a ameaça constante da marginalidade, das drogas e da prostituição (ACRE, s. d., p. 3).

Nota-se que das preocupações expostas há um esboço das finalidades fundamentais que, daí viria para as políticas agrárias estabelecidas, que são:

- promover o retorno de população de origem camponesa, mesmo que da floresta, ao campo (como conjugação das experiências agrárias);
- desafogar as periferias das cidades criando mecanismo de incentivo a inversa das correntes migratórias;
- produzir maior volume de hortifrutigranjeiros voltados para o mercado local;
- viabilizar a associação da geração de renda, com a recuperação de áreas degradadas.
- firmar uma matriz produtiva que trouxesse implícita dimensão ecológica e a geração de renda familiar, numa ótica de ocupação e uso do solo mais intensivo.

Nisto há a afirmação de objetivos básicos para as políticas delineadas para o assentamento, inclusive em áreas diminutas se comparados a outras experiências de assentamento promovidas no estado. Percebe-se daí a compreensão da complexidade da realidade da desterritorialização de sujeitos sociais, em que a cidade recebe populações do *campo* e *floresta* (SILVA, 2005), mas não há possibilidade de inserção de todos no âmbito produtivo e até social local. Daí o trabalho na terra é também visto como alternativa de geração de renda e de emprego, o que na verdade refere-se a forma de ocupação a partir do trabalho familiar que pode ser recriado em novos territórios para a vivência destes sujeitos.

Todavia, daí nós vem à situação de saber quais foram e serão realmente a capacidade destes Projetos de assentamentos estarem respondendo tais objetivos traçados, hoje. Assim formulamos algumas hipóteses que deverão, ao longo do trabalho, serem corroboradas ou refutadas, as quais se seguem: como fica a questão da geração ou não da autonomia e auto-sustentabilidade, após anos assentados, mesmo sendo comunidades formadas por famílias que, às vezes, não tinham laços de proximidades antes? Como está a situação dos pólos mais antigos se comparados às experiências mais recentes? A questão da matriz produtiva voltada para atividades agroflorestais foi devidamente absorvida pelos camponeses envolvidos? E as experiências trazidas tanto das raízes agrárias como da vivência cidadina como ficam? As novas condições de relações sociais têm possibilitado a organização social? Enfim, como atualmente podemos avaliar estas iniciativas do ponto de vista de uma política agrária condizente com a realidade amazônica-acreana?

Acreditamos que com este trabalho haverá a possibilidade de refletirmos melhor sobre o alcance de uma política pública para o agrário local. Tal reflexão poderá conduzir a revisão de ações no sentido de conduzir os conflitos gerados a patamares superiores e, sobretudo de maior entendimento sobre a

realidade agrária acreana, no âmbito do atual projeto de “desenvolvimento sustentável” do “governo da floresta” e da realidade vivida.

Assim planeamos esta pesquisa com objetivos norteadores de:

- estabelecer condições básicas para compreender o alcance político dos assentamentos de população em Pólos Agroflorestais e Hortifrutigranjeiras criadas nos últimos dez anos;
- analisar a luz de critérios definidos da geração ou não de auto-sustentabilidade social, econômica, ambiental, territorial e política para as famílias assentadas;
- fazer um levantamento das condições socioeconômicas dos moradores assentados nos Pólos Agroflorestais e Hortifrutigranjeiros no Estado do Acre;
- Identificar as formas de uso da terra e a relação entre os sistemas produtivos implantados com a geração de renda e recuperação ecoambiental de áreas semi-degradadas;
- analisar o cumprimento dos objetivos propostos na implantação inicial do Projeto Político dos Pólos Agroflorestais;
- analisar o significado da dimensão escalar dos lotes, assim como de sua localização com relação aos espaços citadinos e vias de circulação;
- desenvolver e aplicar metodologia de averiguação da produção de sustentabilidade no âmbito social, econômico, ecológico, político e cultural das famílias assentadas;
- apreender os aspectos que pairam sobre o sentido da forma e exercício da propriedade da terra, da produção, da circulação e da geração de renda nos pólos;
- Identificar potencialidades produtivas para outras atividades que não sejam de ordem agrícola ou pastoril.

Na concepção metodológica está um processo de compreensão crítica da ação de adoção de uma política agrária específica. Neste sentido estamos buscando a análise das contradições, dos conflitos nos acertos e desacertos da sua prática após quase dez anos de seu início no Município de Rio Branco, a ponto de tornar uma política expansível para todo o Estado do Acre. Neste sentido a abordagem do objeto de pesquisa será feita pela análise processual, conjuntural e estrutural dos pólos enquanto espaço produzido que se mostra no campo das possibilidades para geração de renda, emprego e até inversão dos fluxos migratórios rural-urbano das décadas passadas.

Ademais, consideramos que o papel fundamental do pesquisador é também de observador, interpretador da realidade e sintetizador das informações. Neste sentido, estaremos realizando estas ações buscando mais que uma análise do modo de vida individual e coletivo. Estaremos refletindo sobre o alcance das ações desenvolvidas nos pólos, à luz de projetos de vidas que se reconstruem ou são forjados, muito mais de que pela lógica dos *critérios de sustentabilidade* (SACHS, 2002).

Então, através das atividades de campo buscaremos captar o sentido que se projeta da vivência familiar para a firmação ou não de uma auto-sustentabilidade social, econômica, ambiental, territorial, cultural.

Acreditamos que tendo estes procedimentos sidos efetivados, há a possibilidade de apreensão da totalidade. Certamente esta virá efetivada pelas entrevistas, questionários e visitas, a partir da análise dos dados e informação obtidos e, sobretudo, no encontro e confronto com a literatura especificada.

### **Bibliografia básica**

1. ACRE, Secretaria Executiva de Agricultura e Pecuária. **Pólo Agroflorestral: a nossa proposta de reforma agrária**. Rio Branco, SEAP, S.d.
2. MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. 3.ed. revisada. São Paulo: HUCITEC, 1991.
3. SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. 2.ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
4. SILVA, Silvio Simione da. **Resistência camponesa e desenvolvimento agrário na Amazônia-acreana**. Presidente Prudente, 2005. Tese (doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade Estadual Paulista – FCT/UNESP.
5. \_\_\_\_\_. **Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do estado do Acre**. Zoneamento Ecológico-Econômico: Aspectos socioeconômico e ocupação territorial. Rio Branco: SECTMA, 2000. v.2
6. BRAÑA, Graciete Lúcio. **A implantação dos pólos agrofloretais em Rio Branco, como uma alternativa de reforma agrária: 1993-2000**. Rio Branco, 2001. Monografia (Bacharelado em Geografia) Departamento de Geografia da UFAC.
7. BRANDENBURG, Alfio. **Agricultura familiar, ONGs e desenvolvimento sustentável**. Curitiba: Ed. UFPR, 1999.
8. BUARQUE, Sérgio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
9. CAMPANHOLA, Clayton, SILVA, José Graziano da. **O novo rural brasileiro: políticas públicas**. Jaguariúna: EMBRAPA Meio Ambiente, 2000.
10. CARNEIRO, Maria José. Agricultura sustentável, tecnologias e sociedade. In: COSTA, Luiz F. de Carvalho, MOREIRA, Roberto José, BRUNO, Regina (orgs.). **Mundo rural e tempo presente**. Rio de Janeiro: MAUAD, 1999. p.323-344.
11. CORREIA, Silvio Marcus de Souza (org.). **Capital social e desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.
12. COSTA NETO, Canrobert. Agricultura sustentável, tecnologias e sociedade. In: COSTA, Luiz F. de Carvalho, MOREIRA, Roberto José, BRUNO, Regina (orgs.). **Mundo rural e tempo presente**. Rio de Janeiro: MAUAD, 1999. p.267-321.
13. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001. (Questões da nossa época).
14. FURTADO, Ribamar, FURTADO, Eliane. **A Intervenção participativa dos atores – INPA: uma metodologia de capacitação para o desenvolvimento local sustentável**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), 2000

15. INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Superintendência Regional do Acre. **Relatório de Atividades 2004**. Rio Branco: SR. 14/AC. 2005.
16. MARQUES, Raul Jorge. Desenvolvimento local em espaços rural e novas competências. **Biblio 3W**. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona. [ISSN 1138-9796] n. 284, 16/03/2001
17. MARTINS, Horácio de Carvalho et. Al. **Um referencial para o campesinato no Brasil**. Curitiba, 2004.
18. \_\_\_\_\_. **A sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis: Vozes, 2002.
19. MOREIRA, Roberto José. Economia política da sustentabilidade: um perspectiva neomarxista. In: COSTA, Luiz F. de Carvalho, MOREIRA, Roberto José, BRUNO, Regina (orgs.). **Mundo rural e tempo presente**. Rio de Janeiro: MAUAD, 1999. p.239-265.
20. OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo Capitalista de produção e agricultura**. 3.ed. São Paulo: Ática, 1990.
21. \_\_\_\_\_. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.
22. RICO, Elizabeth Melo (Org.). **Avaliação de políticas sociais**: uma questão em debate. 3.ed. São Paulo: Cortez; Instituto de Estudos Especiais da PUC/SP, 2001.
23. \_\_\_\_\_. **Inclusão social pelo trabalho**: desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.
24. SILVA, José Graziano da. **Para entender o plano nacional de reforma agrária**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
25. \_\_\_\_\_. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2.ed. Campinas: UNICAMP.IE., 1998.
26. \_\_\_\_\_. **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.
27. \_\_\_\_\_. **O Novo Rural brasileiro**. 2.ed. revisada. Campinas: UNICAMP.IE. 1999.
28. SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não-capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
29. SINGER, Paul. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas**. 4.ed. São Paulo: Contexto, 2000.
30. SZMRECSÁNYI, Tamás. **Pequena história da agricultura no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1990.